ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS DE INCLUSÃO E APOIO A ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS: UMA EXPERIÊNCIA DO IFRN CAMPUS PARELHAS/RN

Aleksandro Beretta de Lima [1]
Shirlene Beretta de Lima Santos [2]
Sônia Azevedo de Medeiros [3]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, reconhecendo que todos os estudantes devem ter oportunidades de acesso, participação, aprendizagem e permanência no ambiente escolar. Sua efetivação exige a superação de barreiras pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais que possam dificultar o desenvolvimento dos educandos, especialmente daqueles que apresentam necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, a inclusão não se limita à matrícula ou à oferta de atendimento especializado, mas envolve a construção de práticas educativas que respeitem as diferenças e assegurem condições para a participação efetiva de todos os estudantes.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a promoção da inclusão assume importância particular, considerando as exigências acadêmicas, as atividades práticas e a formação integral dos estudantes. As instituições de ensino precisam desenvolver estratégias que articulem o acompanhamento individualizado, a flexibilização das metodologias de ensino e a atuação colaborativa entre os profissionais envolvidos no processo educativo. Dessa forma, a inclusão deve ser compreendida como uma responsabilidade institucional compartilhada, que demanda planejamento, diálogo e acompanhamento contínuo das necessidades dos educandos.

[1] Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - CE, berettalimaalex@gmail.com;
[2] Graduada pela da Universidade Estadual Vale do Acaraú - CE, shirlenenenilima@gmail.com
[3] Professor orientador: Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, soniamedeirosjs@hotmail.com;

ISSN: 2358-8829

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, estabelece a educação como direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2015). Essa perspectiva reforça a necessidade de eliminar barreiras e promover condições de acesso ao currículo, participação e aprendizagem. No âmbito dos Institutos Federais, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) desempenham um papel importante na articulação de ações voltadas à inclusão, contribuindo para o acompanhamento dos estudantes e para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que considerem suas particularidades.

Nessa perspectiva, a Psicopedagogia contribui para a compreensão dos processos de aprendizagem, auxiliando na identificação de dificuldades e na elaboração de estratégias que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, a autonomia e a organização dos estudos. A atuação psicopedagógica, articulada ao Atendimento Educacional Individualizado (AEI), à Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), aos docentes e aos demais profissionais, possibilita uma compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes. Essa articulação favorece o planejamento de intervenções que considerem não apenas as dificuldades acadêmicas, mas também as potencialidades, os interesses e as condições de participação de cada educando.

É nesse contexto que se insere o presente trabalho, que apresenta uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Parelhas/RN, com estudantes dos cursos técnicos integrados de Informática e Mineração. A experiência envolve ações articuladas entre Psicopedagogia, AEI, ETEP, docentes, profissionais de apoio, ledor/transcritor, cuidadora e coordenações acadêmicas, buscando promover condições mais favoráveis à aprendizagem e à permanência escolar dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

A relevância deste trabalho está relacionada à necessidade de compartilhar experiências institucionais que evidenciem possibilidades concretas de construção de uma educação profissional mais inclusiva. O acompanhamento dos estudantes exige intervenções que ultrapassem respostas pontuais às dificuldades acadêmicas, contemplando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, a participação nas

ISSN: 2358-8829

atividades escolares, a interação social e o fortalecimento da autonomia. Nesse sentido, a atuação interdisciplinar constitui uma estratégia importante para aproximar os diferentes profissionais, ampliar a compreensão das necessidades educacionais e favorecer a construção de respostas pedagógicas mais adequadas.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é apresentar as práticas de inclusão e apoio desenvolvidas pelo NAPNE do IFRN Campus Parelhas/RN, destacando a importância da atuação interdisciplinar para a promoção da aprendizagem, da participação e da permanência dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Especificamente, busca-se descrever as intervenções psicopedagógicas e pedagógicas realizadas, discutir as contribuições dos jogos cognitivos e das estratégias individualizadas para o desenvolvimento dos estudantes e evidenciar a importância da articulação entre os profissionais na construção de práticas educativas inclusivas.

Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, fundamentado nas práticas desenvolvidas no acompanhamento de estudantes dos cursos técnicos integrados de Informática e Mineração. O trabalho considera as intervenções realizadas, as estratégias de apoio à aprendizagem, as orientações pedagógicas e a articulação entre os profissionais envolvidos. As ações incluem atendimentos psicopedagógicos semanais, individuais ou em pequenos grupos, utilização de jogos cognitivos e recursos tecnológicos, adaptações metodológicas, flexibilizações pedagógicas e acompanhamento do percurso acadêmico dos estudantes.

As experiências relatadas evidenciam contribuições para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atenção, à memória, ao planejamento, à organização, ao raciocínio lógico e à resolução de problemas. Também são observadas, no acompanhamento institucional, possibilidades de fortalecimento da participação nas atividades escolares, da interação com colegas e professores e da autonomia diante dos desafios acadêmicos. Destaca-se, ainda, a importância do trabalho colaborativo para a identificação de necessidades, o planejamento de intervenções e a construção de respostas pedagógicas articuladas.

Conclui-se que a promoção da educação inclusiva exige compromisso coletivo, continuidade das ações e reconhecimento das particularidades dos estudantes. A

experiência do IFRN Campus Parelhas/RN reforça a relevância da atuação interdisciplinar e do acompanhamento sistemático como estratégias para enfrentar barreiras à aprendizagem e favorecer o desenvolvimento integral dos educandos. Dessa forma, o relato busca contribuir para a reflexão sobre práticas institucionais inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica, ressaltando que a garantia do direito à educação depende do envolvimento de toda a comunidade escolar.

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das práticas de inclusão e apoio educacional realizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Parelhas/RN. A experiência envolve estudantes dos cursos técnicos integrados de Informática e Mineração, considerando as ações desenvolvidas no acompanhamento psicopedagógico e na articulação entre os profissionais que atuam no processo de inclusão escolar.

Os caminhos metodológicos fundamentam-se na descrição e na reflexão sobre as práticas institucionais, considerando os atendimentos psicopedagógicos semanais, realizados individualmente ou em pequenos grupos, a utilização de jogos cognitivos e recursos tecnológicos, as orientações aos docentes, as adaptações metodológicas e o acompanhamento do percurso acadêmico dos estudantes. Também são consideradas as ações colaborativas desenvolvidas com o Atendimento Educacional Individualizado (AEI), a Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), os docentes, o profissional ledor/transcritor, a cuidadora e as coordenações acadêmicas.

Como instrumentos de acompanhamento, são considerados os registros dos atendimentos psicopedagógicos, as observações realizadas durante as atividades e as informações decorrentes do diálogo com os profissionais envolvidos no processo educativo, quando disponíveis e pertinentes. A análise qualitativa busca identificar contribuições das práticas para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atenção, memória, planejamento, organização, raciocínio lógico e resolução de problemas, bem como para a participação, a autonomia e a interação dos estudantes no ambiente escolar.

ISSN: 2358-8829

A sistematização da experiência prioriza a análise das estratégias adotadas e de suas contribuições para a redução de barreiras à aprendizagem e para o fortalecimento das práticas inclusivas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Para preservar a privacidade dos estudantes, as informações devem ser apresentadas de forma não identificável, sem exposição de nomes, diagnósticos individualizados ou outros dados que permitam seu reconhecimento.

Por se tratar de um relato baseado em práticas institucionais, a necessidade de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa deve ser verificada conforme a natureza dos dados utilizados, a finalidade da publicação e as normas institucionais aplicáveis. Caso sejam utilizadas imagens de estudantes ou outros registros que possibilitem sua identificação, deverá ser assegurada a autorização pertinente para uso e divulgação, observadas as normas de proteção de dados e de preservação da imagem. Na ausência de imagens, esse procedimento não se aplica.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO E COMPROMISSO INSTITUCIONAL

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a construção de uma escola democrática, comprometida com o respeito às diferenças e com a garantia de oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes. Essa perspectiva compreende que a presença do estudante na instituição de ensino, por si só, não assegura sua inclusão, sendo necessário promover condições efetivas de participação, acessibilidade, aprendizagem e permanência. Dessa forma, a inclusão exige o reconhecimento das necessidades individuais e a superação de barreiras presentes nas práticas pedagógicas, nas relações sociais e na organização institucional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação em 2008, destaca a importância de transformar os sistemas educacionais para assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes, considerando suas especificidades. Essa orientação reforça a necessidade de rever práticas que dificultam a participação plena dos sujeitos no ambiente escolar (BRASIL, 2008).

ISSN: 2358-8829

Na mesma direção, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece, em seus artigos 27 e 28, o direito à educação em um sistema educacional inclusivo, prevendo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, bem como a oferta de recursos de acessibilidade e a eliminação de barreiras (BRASIL, 2015). Assim, a inclusão não deve ser compreendida apenas como uma ação direcionada ao estudante, mas como uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, a instituição, os profissionais da educação, a família e a comunidade.

Mantoan (2003) contribui para essa discussão ao defender que a inclusão escolar requer mudanças na organização e nas práticas educativas, de modo que a escola se torne capaz de acolher a diversidade. Nessa perspectiva, não basta inserir o estudante no espaço escolar e esperar que ele se adapte a um modelo único de ensino. É necessário que a instituição reconheça as diferenças e desenvolva estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e a participação de todos.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essa compreensão assume relevância particular, uma vez que a formação dos estudantes envolve conhecimentos teóricos, atividades práticas, avaliações e experiências de convivência. Garantir a inclusão, nesse cenário, significa identificar e enfrentar barreiras que possam comprometer a participação nas atividades acadêmicas e o desenvolvimento das aprendizagens necessárias à formação integral.

O NAPNE E O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas demanda ações planejadas e articuladas, capazes de considerar suas características, potencialidades e necessidades no processo de escolarização. Nesse sentido, os núcleos de atendimento voltados à inclusão podem contribuir para a identificação de barreiras, a orientação dos profissionais e a construção de estratégias que favoreçam a participação dos estudantes no cotidiano institucional.

ISSN: 2358-8829

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) constitui, no contexto desta experiência, um espaço de articulação e apoio às ações de inclusão. Sua atuação está relacionada ao acompanhamento das demandas educacionais dos estudantes e ao diálogo com os diferentes profissionais envolvidos em sua trajetória acadêmica. Essa atuação precisa estar integrada às práticas pedagógicas e às ações institucionais, evitando que a responsabilidade pela inclusão seja atribuída exclusivamente aos profissionais do atendimento especializado.

O acompanhamento psicopedagógico pode contribuir para compreender como os estudantes se relacionam com as situações de aprendizagem, quais estratégias utilizam para resolver problemas e quais barreiras encontram na realização das atividades acadêmicas. A partir dessa compreensão, podem ser planejadas intervenções que favoreçam habilidades como atenção, memória, planejamento, organização e raciocínio lógico, respeitando o ritmo e as particularidades de cada estudante.

Entre as estratégias possíveis estão os atendimentos individuais ou em pequenos grupos, o uso de jogos cognitivos, a exploração de recursos tecnológicos, a orientação aos docentes e a proposição de adaptações metodológicas. Essas ações devem ser selecionadas de acordo com os objetivos pedagógicos e com as necessidades identificadas, buscando ampliar as oportunidades de aprendizagem, sem reduzir o estudante às suas dificuldades ou a um diagnóstico.

É importante destacar que os recursos e as adaptações não substituem o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula. Ao contrário, devem atuar de maneira complementar, articulando o acompanhamento especializado às experiências curriculares. Dessa forma, o NAPNE pode contribuir para que as necessidades dos estudantes sejam consideradas no planejamento, nas estratégias de ensino e nos processos avaliativos, fortalecendo uma cultura institucional comprometida com a inclusão.

ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

ISSN: 2358-8829

A construção de práticas inclusivas exige diálogo e colaboração entre os profissionais que participam do processo educativo. As necessidades dos estudantes podem envolver diferentes dimensões da experiência escolar, incluindo a aprendizagem dos conteúdos, a realização das avaliações, a comunicação, a interação social e a autonomia. Por isso, a atuação isolada de um único profissional pode ser insuficiente para responder à complexidade dessas demandas.

A perspectiva interdisciplinar favorece a troca de informações e experiências entre a Psicopedagogia, o Atendimento Educacional Individualizado (AEI), a Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), os docentes, os profissionais de apoio e as coordenações acadêmicas. Essa articulação possibilita discutir as barreiras identificadas, compartilhar estratégias e planejar intervenções mais coerentes com as necessidades educacionais dos estudantes. Também permite aproximar o acompanhamento individual das práticas desenvolvidas nas diferentes disciplinas e atividades escolares.

Nesse processo, a participação dos docentes é fundamental, pois são eles que organizam grande parte das experiências de ensino e aprendizagem. O diálogo com a equipe de apoio pode contribuir para diversificar estratégias didáticas, utilizar recursos acessíveis, flexibilizar procedimentos quando necessário e avaliar as condições oferecidas para que o estudante demonstre seus conhecimentos. Essas medidas devem preservar os objetivos de aprendizagem e considerar as condições específicas de participação de cada estudante.

Outro aspecto importante diz respeito ao desenvolvimento das funções executivas, compreendidas, de maneira geral, como habilidades envolvidas no controle da atenção e do comportamento, na memória de trabalho, no planejamento e na adaptação de estratégias diante de desafios. Atividades estruturadas, jogos cognitivos e situações-problema podem ser utilizados como recursos pedagógicos para exercitar algumas dessas habilidades, desde que tenham objetivos definidos e sejam acompanhados de observação e reflexão sobre as estratégias utilizadas pelos estudantes.

Além dos aspectos cognitivos, as práticas inclusivas devem considerar a autonomia, a confiança e a interação social. O acolhimento, a escuta e o estabelecimento de relações respeitosas podem favorecer o envolvimento dos estudantes nas atividades

ISSN: 2358-8829

escolares e a construção de vínculos com colegas e profissionais. Dessa maneira, o acompanhamento não deve se restringir ao desempenho acadêmico, mas considerar também as condições de participação e pertencimento à comunidade escolar.

À luz dessas discussões, a experiência do NAPNE do IFRN Campus Parelhas/RN pode ser compreendida como uma prática institucional que busca articular diferentes profissionais e estratégias em favor da aprendizagem e da permanência dos estudantes. A análise dessa experiência permite refletir sobre a importância de ações contínuas, planejadas e colaborativas, reconhecendo que a efetivação da educação inclusiva depende tanto do atendimento às necessidades individuais quanto do compromisso coletivo com a eliminação das barreiras à aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas desenvolvidas pelo NAPNE do IFRN Campus Parelhas/RN evidenciaram a importância do acompanhamento psicopedagógico e da utilização de estratégias diversificadas para apoiar a aprendizagem dos estudantes dos cursos técnicos integrados de Informática e Mineração. Os atendimentos individuais e em pequenos grupos, associados ao uso de jogos cognitivos e recursos tecnológicos, possibilitaram trabalhar habilidades como atenção, memória, planejamento, organização e raciocínio lógico, considerando as necessidades de cada estudante.

Também se destacou a importância das orientações aos docentes, das adaptações metodológicas e do acompanhamento das atividades acadêmicas para favorecer a participação dos estudantes no cotidiano escolar. A articulação entre Psicopedagogia, AEI, ETEP, docentes e demais profissionais contribuiu para o diálogo sobre as necessidades identificadas e para a construção de estratégias de apoio mais adequadas. Essas ações reforçam a compreensão de que a inclusão é uma responsabilidade coletiva, conforme defendido por Mantoan (2003), e deve garantir condições de participação e aprendizagem, como estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

A experiência também permitiu reconhecer a relevância do acolhimento, da escuta e do acompanhamento contínuo para fortalecer a autonomia, a interação e a confiança dos estudantes diante dos desafios acadêmicos. Dessa forma, compreende-se

ISSN: 2358-8829

que as práticas inclusivas ultrapassam o atendimento especializado, exigindo o envolvimento de toda a instituição. Os resultados da experiência reforçam a importância da continuidade dessas ações para a redução das barreiras à aprendizagem e para a promoção da permanência e do êxito acadêmico dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida pelo NAPNE do IFRN Campus Parelhas/RN evidencia a importância do acompanhamento psicopedagógico, das estratégias pedagógicas inclusivas e da atuação interdisciplinar para apoiar a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas. As ações realizadas demonstram que a inclusão exige planejamento, acompanhamento contínuo e articulação entre os diferentes profissionais da instituição.

Os atendimentos psicopedagógicos, a utilização de jogos cognitivos e recursos tecnológicos, as orientações aos docentes e as adaptações metodológicas constituem estratégias importantes para favorecer o desenvolvimento das habilidades cognitivas, a participação e a autonomia dos estudantes. Essas práticas dialogam com a perspectiva de Mantoan (2003) e com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que reforçam a necessidade de garantir condições efetivas de aprendizagem e participação no ambiente escolar.

Conclui-se que a inclusão não se limita à oferta de atendimento especializado, mas representa um compromisso coletivo com a eliminação de barreiras e a valorização das potencialidades dos estudantes. Nesse sentido, a experiência do NAPNE reafirma a relevância do trabalho colaborativo entre Psicopedagogia, AEI, ETEP, docentes e demais profissionais, contribuindo para o fortalecimento das práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, destaca-se a importância da continuidade e do aprimoramento dessas ações, bem como da realização de novas pesquisas que investiguem suas contribuições para a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico. Estudos futuros poderão acompanhar as intervenções ao longo do tempo e analisar, de maneira sistemática, as percepções dos estudantes e dos profissionais envolvidos, ampliando os conhecimentos

científicos sobre práticas de inclusão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Psicopedagogia, Interdisciplinaridade, Napne, Necessidades Educacionais Específicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/381-politica-nacional-seesp. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.